

## Legislação relacionada à compra da agricultura familiar no âmbito do PNAE

A aquisição diretamente da agricultura familiar para o PNAE é uma compra institucional, instrumento de política pública com duplo efeito positivo, pois ao mesmo tempo em que promove segurança alimentar e nutricional para o estudante, promove também o desenvolvimento local sustentável, com circuitos curtos de comercialização dos produtos. Com base nesse processo, alimentos colhidos no período de maturação certa, considerada sua sazonalidade, em atendimento aos hábitos e culturas locais dos estudantes e produzidos o mais próximo possível dos ambientes escolares são fornecidos às escolas públicas do país.

Os fornecedores dos gêneros alimentícios da agricultura familiar são aqueles definidos por meio da Lei Federal nº 11.326/2006, está regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017, que institui a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, este destinado à identificação e à qualificação da UFPA, do Empreendimento Familiar Rural e das formas associativas de organização da agricultura familiar. Atualmente o CAF, que é regulamentado por meio da Portaria MDA nº 20/2023, vem sendo implementado de forma gradativa. Segundo informação da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo SAF-MDA, os dois instrumentos permanecem válidos até que seja efetivada a migração da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP para o CAF.

O procedimento de compra da agricultura familiar para o PNAE precisa ser realizado em atendimento às diretrizes do PNAE, descritas no artigo 2º, incisos I e V, e premissa descrita no § 1º, artigo 14, todos da Lei nº 11.947/2009:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

(...)

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Interpretando o artigo 14, trechos acima, conclui-se que as compras da agricultura familiar para o PNAE poderão ser realizadas dispensando-se o procedimento licitatório, desde que:

- a) os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local;
- b) sejam observados os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal;
- c) os alimentos a serem adquiridos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Para essa aquisição de gêneros alimentícios, sugere-se utilizar o instrumento administrativo de chamada pública, menos burocrático e mais ágil, no qual o gestor tem a liberdade de publicizar editais quantas vezes for necessário no ano civil para atender à demanda do cardápio da alimentação escolar e às especificidades da agricultura familiar, nos termos do inciso I, do artigo 24, da Resolução FNDE nº 06/2020.

Desse modo, registra-se que o procedimento de compra por meio de chamada pública não se enquadra aos procedimentos convencionais licitatórios, estando dispensados todos os procedimentos internos preparatórios como projeto básico, termo de referência, estudo técnico preliminar, entre outros. Todas as informações necessárias à aquisição da agricultura familiar deverão constar no edital de chamada pública.

Conforme orientações do FNDE, os procedimentos de compra da agricultura familiar seguem o artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, regulamentado pelos artigos 29 ao 39 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e suas alterações.

Na elaboração especificamente do edital e justificativa de execução do recurso financeiro cita-se e observa-se o regulamentado no artigo 14, § 1º, da Lei nº 11.947/2009, c/c o artigo 24, inciso I, do artigo 27 e o artigo 30 e seus parágrafos, da Resolução FNDE nº 06/2020 e suas alterações.

Destacamos que a lei de licitação não regulamenta o instrumento administrativo de chamada pública, sendo estes dois instrumentos de compras públicas divergentes, com legislações e público fornecedor distinto. Para realizar uma chamada pública, não é necessário realizar procedimento de dispensa de licitação, não se tratando também de procedimento de inexigibilidade de licitação ou de credenciamento.

A dispensa de licitação deverá ocorrer quando o agente público se deparar com uma das hipóteses previstas no artigo 24 da Lei 8.666/93 ou fundamentadas no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, o que não corresponde à matéria disciplinada no artigo 14 da Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar. A execução dos contratos com os fornecedores da agricultura familiar, porém, deve ser regulamentada pela legislação dos contratos administrativos públicos.

Metodologia de cálculo da média de preços, por item, a ser estabelecida no edital de chamada pública

Conforme metodologia regulamentada por meio do artigo 31 da Resolução FNDE nº 06/2020, o preço de aquisição de cada produto será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados (fornecedor) em âmbito local, com preferência para a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver, já considerados os insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

O cálculo das despesas com insumos e outros itens de logística necessários ao fornecimento do produto deve ser feito pelo fornecedor (agricultor ou empreendedor familiar) e deve considerar as condições em que se inserem a Entidade Executora e as escolas onde serão entregues os produtos. Quando da realização da pesquisa de preços em cada mercado ou feira local (para obter o preço médio), a Entidade Executora deve fornecer todas as informações referentes aos insumos que serão exigidos no edital de chamada pública para que tais custos já sejam considerados no momento do orçamento. Entende-se como insumo qualquer informação que poderá impactar na composição do preço, ou seja: informação sobre a logística de entrega (se será em cada escola ou em depósito central); informação sobre a periodicidade de entrega (diária, semanal, quinzenal, mensal); informação de como o produto será entregue (se inteiro, em pedaços, descascados e embalados, etc.); e quaisquer outras informações necessárias. Todas essas informações que constam na pesquisa de preço devem constar no edital de chamada pública.

Nesse viés, instrui-se, considerando o presente procedimento, não realizar a pesquisa de preço junto a mercados atacadistas e empresas que utilizam o modelo de produção economia em escala, pois estas buscam sempre o menor preço num setor que produz e comercializa em grandes escalas, à qual não pertence a cadeia de desenvolvimento da agricultura familiar fomentada pela legislação do PNAE. Ainda, importa registrar que não se deve considerar sites governamentais para a pesquisa de preços, conforme prescrito no § 6º, artigo 28, da Resolução FNDE nº 06/2020.

“Art. 28. (...)

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica às pesquisas de preços para aquisição de alimentos por Chamada Pública.”

Nas aquisições realizadas por meio de chamada pública no âmbito do Programa, não se aplica o método de “registro de preço” e não se busca o “menor preço”, pois o preço médio praticado no mercado local, definido pelo gestor, não deve ser alterado em nenhuma das etapas desse processo de compra. Mediante a impossibilidade de a pesquisa ser realizada em âmbito local, esta deve ser realizada ou complementada no âmbito das regiões geográficas imediatas, intermediárias, estadual ou nacional, nessa ordem, conforme estabelece o § 2º do artigo 31 da Resolução FNDE nº 06/2020.

Orienta-se também, informar no edital os produtos que serão passíveis de substituição conforme o artigo 33 da Resolução FNDE nº 06/2020, com prévia pesquisa de preço de todos os itens.

“Art. 33. Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante devem ser os definidos na chamada pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo Responsável Técnico, que poderá contar com o respaldo do CAE.”

Com a substituição realizada, o parecer do nutricionista e a justificativa do fornecedor solicitando a substituição do produto devem ser anexados ao processo de compra, devendo a nota fiscal ser do produto substituído, realmente comercializado. E por se tratar de substituição, a quantidade a ser substituída deverá ser equivalente ao preço do produto anterior.

Para além disso, quando a pesquisa de preço for realizada com agricultores familiares orienta-se registrar nome, endereço, número do CPF ou CNPJ, número da DAP Física ou Jurídica ou número do CAF Pessoa Física ou Jurídica, observado o modelo constante no Anexo V da mencionada resolução.